



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 26/08/2022

PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO E MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PENUM/MPPE).

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e 01(uma) Redação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

Questão 1

Em conformidade com o Código Penal Brasileiro, é CORRETO afirmar que a pena do homicídio contra menor de quatorze anos, se a vítima for pessoa com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade, será aumentada de:

- a) um terço até a metade.
- b) um sexto até um terço.
- c) um sexto até metade.
- d) um quarto até um terço.
- e) um sexto.

Questão 2

O Código Penal brasileiro define que incorrerá no crime de furto, aquele que subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que será considerado furto qualificado se o crime é cometido

- a) com destruição de obstáculo à subtração da coisa.
- b) com emprego de chave, ainda que seja a verdadeira.
- c) com rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- d) com abuso de confiança.
- e) mediante concurso de duas ou mais pessoas.

Questão 3

Aquele que, utilizando sua astúcia, praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, incorrerá no crime de

- a) estupro de vulnerável.
- b) estupro.
- c) violação sexual mediante fraude.
- d) assédio sexual.
- e) importunação sexual.

Questão 4

Analise as assertivas e responda.

- I - Importar.
- II - Exportar.
- III - Introduzir na circulação.
- IV - Vender.

O Código Penal brasileiro define que incorrerá em crime de moeda falsa aquele que falsificar, fabricando ou alterando, moeda metálica no curso legal no país ou no estrangeiro. A luz do Código Penal Brasileiro, é CORRETO afirmar que, das assertivas dispostas, incorrem nas mesmas penas, dos que cometem o crime de moeda falsa, aquele que por conduta própria as:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I, II, III, IV.
- d) I e IV
- e) II, III e IV

Questão 5

Sobre o inquérito policial, em consonância com o Código de Processo Penal brasileiro, é INCORRETO afirmar que, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá

- a) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, e em seguida disponibilizar aos peritos criminais.
- b) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- c) ouvir o ofendido.
- d) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- e) determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

Questão 6

Em consonância com o Código de Processo Penal brasileiro, sobre a ação penal, define de forma expressa que se o juiz considerar inadequadas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor. Nessa temática, a luz do Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar.

- a) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz não necessitará devolver os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.
- b) O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação pertinente, prevista pelo código.
- c) Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.
- d) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.
- e) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.

Questão 7

Analise as assertivas e responda.

I - Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida por Lei.

II - Fiscalizar a execução da lei.

III - Defender judicialmente os direitos e interesses das populações, salvo das indígenas.

A luz do disposto pelo Código de Processo Penal Brasileiro, é CORRETO afirmar que, das assertivas dispostas, caberá ao Ministério Público:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II.

Questão 8

Em consonância com o disposto pelo Código de Processo Penal brasileiro, ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que o mandado de prisão:

- a) será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade.
- b) designará a pessoa, que tiver de ser presa, por seu nome, vedado a utilização de alcunha ou sinais característicos.
- c) mencionará a infração penal que motivar a prisão.
- d) declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração.
- e) será dirigido a quem tiver qualidade para dar-lhe execução.

Questão 9

Em conformidade com o previsto pelo Código de Processo Penal, em que pese as provas, é previsto que são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar.

- a) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- b) Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- c) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir o acórdão.
- d) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.
- e) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença.

Questão 10

Com base no Código de Processo Penal brasileiro em que pese a instrução criminal, podemos afirmar que o procedimento será comum ou especial. Nesse sentido, podemos afirmar que o procedimento será ordinário, quando tiver por objeto um crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior, de pena privativa de liberdade, a:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) seis anos.

Questão 11

Em que pese a acusação e da instrução preliminar, nos procedimentos relativos aos processos da competência do tribunal do júri, o juiz ao receber a denúncia, ordenará a citação do acusado para responder à acusação em prazo determinado. A luz do Código de Processo Penal, das assertivas expostas, o referido prazo, será contado a partir do efetivo cumprimento do mandado ou do comparecimento, em juízo:

Análise as assertivas e responda.

- I - do acusado, no caso de citação inválida.
- II - de defensor constituído, no caso de citação por edital.
- III - do acusado, no caso de citação por edital.
- IV - de defensor constituído, no caso de citação inválida.

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e IV
- d) II e III.
- e) I, II, III e IV.

Questão 12

Em conformidade com o disposto pelo Código de Processo Penal brasileiro, em que pese a acusação nos procedimentos relativos aos processos da competência do Tribunal do Júri, é CORRETO afirmar que a acusação deverá arrolar testemunhas na queixa, até o número máximo de:

- a) oito.
- b) sete.
- c) dez.
- d) doze.
- e) treze.

Questão 13

No Brasil, para a execução de sentença proferida no estrangeiro, entre outros requisitos necessários, é CORRETO afirmar que a sentença terá que ter sido homologada pelo:

- a) Senado Federal.
- b) Superior Tribunal Federal.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Presidente da República.
- e) Congresso Nacional.

Questão 14

Análise as assertivas e responda.

I - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

II - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, pode revogar ou modifica a lei anterior.

III - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

A luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue. Nesse sentido, das assertivas dispostas, é CORRETO afirmar.

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

Questão 15

Com base no disposto pela Introdução às Normas do Direito Brasileiro, das assertivas dispostas, é CORRETO afirmar que a lei do país em que a pessoa é domiciliada determina as regras sobre:

I - O começo e o fim da personalidade.

II - O nome.

III - A capacidade.

IV - Os direitos de família.

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 16

Para se casar, é correto afirmar, a luz do Código Civil brasileiro, que devem ter a autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, o homem e a mulher que tenha atingido a idade de:

- a) doze anos.
- b) quatorze anos.
- c) dezesseis anos.
- d) dezoito anos.
- e) vinte e um anos.

Questão 17

Em conformidade com o Código Civil Brasileiro, é CORRETO afirmar que as relações não eventuais entre homem e a mulher, impedidos de casar, constituirá:

- a) regime de separação obrigatória.
- b) união estável.
- c) regime de comunhão posterior.
- d) pacto antenupcial.
- e) concubinato.

Questão 18

Em consonância com o Código Civil brasileiro, em que pese o direito das sucessões, a companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, dentre outras, é CORRETO afirmar que se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a herança na proporção de:

- a) um terço.
- b) um sexto.
- c) um quinto.
- d) Metade.
- e) dois quintos.

Questão 19

Em conformidade com as previsões do Código Civil brasileiro, sobre a sucessão legítima, tratando da ordem da vocação hereditária, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em concorrência com os descendentes, previstos pelo Código Civil brasileiro, caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.
- b) Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação.
- c) Os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.
- d) Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- e) Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, salvo na hipótese de haver cônjuge sobrevivente.

Questão 20

Analisar as assertivas e responda.

I - sua existência.

II - sua inexistência.

III - seu modo de ser.

A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as previsões do Código de Processo Civil brasileiro. Nesse contexto, dentre as assertivas dispostas, é CORRETO afirmar que o interesse do autor pode limitar-se, de uma relação jurídica, à declaração de:

- a) I e II.
- b) II e III
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II.

Questão 21

Analise as assertivas e responda.

I - comunhão parcial de bens.

II - separação absoluta de bens.

III - comunhão universal de bens.

Em consonância com a Legislação brasileira vigente, o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário. Das assertivas dispostas, é exceção a essa regra se tratando de casamento sob o regime de:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

Questão 22

O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal de 1988. Nessa temática, é CORRETO afirmar, em consonância com o Código de Processo Civil brasileiro, que não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público os processos que envolvam

- a) interesse público.
- b) interesse social.
- c) interesse de incapaz.
- d) litígios coletivos pela posse de terra urbana ou rural.
- e) a participação da Fazenda.

Questão 23

O Código de Processo Civil define que os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça determinados processos, expressos pelo próprio Código. É INCORRETO afirmar ser hipótese de processo que tramitará em segredo de justiça.

- a) Os que o exija o interesse público.
- b) Os que exija o interesse social.
- c) Que versem sobre casamento e separação de corpos.
- d) Que versem sobre arbitragem, salvo sobre cumprimento de carta arbitral.
- e) Que versem sobre divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

Questão 24

Analise as assertivas e responda.

I - Pela morte de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

II - Pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

III - Por sentença.

A luz do que preconiza do Código de Processo Civil brasileiro, das assertivas dispostas, é CORRETO afirmar ser hipótese(s) em que o processo será extinto.

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I.
- d) III.
- e) I e III.

Questão 25

Podemos entender o recurso como um meio, com previsão legal, por qual a parte ou interessado em determinado processo poderá requerer reanálise de uma decisão judicial. A luz do Código de Processo Civil, sobre os recursos, em pese suas disposições gerais, é INCORRETO afirmar.

- a) Os recursos, em regra, impedem a eficácia da decisão.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- c) Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- e) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

Questão 26

Analise as assertivas e responda.

I - os pedidos sejam compatíveis entre si.

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo.

III - seja adequado, no mínimo, para mais da metade dos pedidos o tipo de procedimento.

Em conformidade com o disposto pelo Código de Processo Civil brasileiro, será lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que sem conexão entre eles. Nesse sentido, das assertivas dispostas, podemos afirmar ser requisitos de admissibilidade da cumulação que:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

Questão 27

Analise as assertivas e responda.

I - Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

II - Decisão judicial da qual caiba recurso sem efeito suspensivo.

III - De decisão judicial transitada em julgado.

Em conformidade com a Lei nº 12.016 de 2009 que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Nesse sentido, entre as assertivas dispostas, é CORRETO afirmar que não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

Questão 28

O Estatuto da Criança e do Adolescente, define que a colocação em família substituta se fará mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que não será necessário o consentimento da criança ou adolescente, desde que tenham idade inferior a:

- a) dezoito anos.
- b) dezesseis anos.
- c) quatorze anos.
- d) doze anos.
- e) onze anos.

Questão 29

Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao afirmar que a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, estamos fazendo menção a um dos princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção, expressas pelo Estatuto, denominada:

- a) intervenção mínima.
- b) interesse superior da criança.
- c) proporcionalidade e atualidade.
- d) responsabilidade primária.
- e) intervenção precoce.

Questão 30

O menor que cometa ato infracional que tenha reflexos patrimoniais, e que a autoridade competente determine que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, estará cumprindo a medida socioeducativa denominada:

- a) liberdade assistida condicionada.
- b) advertência com reparo.
- c) prestação de serviço à comunidade.
- d) obrigação de reparar o dano.
- e) internação em estabelecimento educacional.

Questão 31

Analise as assertivas e responda.

I - ao adolescente e ao seu defensor.

II - caso não encontre o adolescente, a seus pais, sem prejuízo do defensor.

III - caso não encontre o adolescente, a seu responsável, sem prejuízo do defensor.

IV - na pessoa do defensor.

Em consonância com a Lei nº 8.069 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em que tange a apuração do ato infracional atribuído a adolescente, é CORRETO afirmar que a intimação da sentença que aplicar medida de internação em estabelecimento educacional, poderá ser feita:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II.
- e) IV.

Questão 32

A Constituição Federal de 1988, define que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Posto isso, podemos afirmar ser um dos princípios institucionais do Ministério Público, expresso pela Constituição Federal:

- a) Finalidade.
- b) Legalidade.
- c) Unidade.
- d) Competência.
- e) Dependência funcional.

Questão 33

É definido pela Constituição Federal de 1988, que leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público. Nesse sentido, a luz da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que, entre outras, será observado, relativamente aos membros do Ministério Público, a garantia de vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, após o tempo de exercício no cargo de:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

Questão 34

Em conformidade com a Lei nº 8.625 de 93, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é assegurado ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira. Nessa temática é INCORRETO afirmar que caberá ao Ministério Público:

- a) Propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, salvo a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros.
- b) Praticar atos próprios de gestão.
- c) Praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios.
- d) Elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.
- e) Adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização.

Questão 35

Em consonância com a Lei Complementar nº12 de Dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, caberá ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que deverá sempre garantir o respeito:

- a) pelos poderes estaduais.
- b) pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta, apenas.
- c) pelos poderes municipais.
- d) pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal.
- e) por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do município ou executem serviço de relevância pública.

Questão 36

Em consonância com Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO contém um direito e garantia fundamental:

- a) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) Criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Questão 37

Analise as afirmativas. Segundo a CF/88, não haverá penas:

- I - de trabalhos forçados
- II - de caráter perpétuo
- III - privativas de liberdade
- IV - de banimento

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

Questão 38

Assinale a alternativa que contém um direito do trabalhador rural e urbano assegurado pela Constituição Federal de 1988:

- a) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa
- b) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quinze por cento à do normal.
- d) gozo de férias remuneradas a cada dois anos com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 12 (doze) anos de idade em creches e pré-escolas.

Questão 39

A Constituição Federal, no seu capítulo VII, dispõe sobre a administração pública. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, exceto aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- c) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Questão 40

Análise as afirmativas abaixo e assinale V para verdadeiro e F para falso. Segundo a Constituição Federal de 1988, o salário mínimo deve:

- () Ser fixado em lei.
- () Ser nacionalmente unificado.
- () Ser capaz de atender as necessidades vitais básicas.
- () Ter reajustes periódicos, mesmo que não lhe preservem o poder aquisitivo.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- a) F-F-V-F
- b) V-V-V-F
- c) F-V-V-F
- d) F-F-V-V
- e) V-F-V-F

Questão 41

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- I - legalidade
- II - pessoalidade
- III - moralidade
- IV - publicidade

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Questão 42

Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O Ministério Público da União tem por chefe o:

- a) Vice-presidente.
- b) Presidente da República.
- c) Procurador-Geral da República.
- d) Presidente da câmara dos deputados.
- e) Governador do seu respectivo estado.

Questão 43

Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso. O processo licitatório tem por objetivos:

- () assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, exceto no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- () assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- () evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- () incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- a) V-F-F-F
- b) F-F-V-V
- c) V-F-V-V
- d) V-V-V-V
- e) F-V-V-V

Questão 44

Segundo a Lei n.8.429/92, é considerado ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, EXCETO:

- a) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- b) agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- c) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.
- d) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

Questão 45

Em consonância com a Lei n.8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, está o responsável pelo ato de improbidade importando em enriquecimento ilícito

sujeito à seguinte cominação:

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público.
- c) Pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, apenas.
- e) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, apenas.

Questão 46

Segundo a Lei da Ação Civil Pública, poderá ser ajuizada ação cautelar que objetive evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, EXCETO:

- a) o Ministério Público.
- b) a Defensoria Pública.
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- e) a associação que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 3 (três) meses nos termos da lei civil.

Questão 47

Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito ao respeito, que toda criança e adolescente possui, compreende o seguinte aspecto:

- a) inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- b) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- c) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- d) participar da vida política, na forma da lei.
- e) buscar refúgio, auxílio e orientação.

Questão 48

Analise as afirmativas abaixo.

O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, quando integrante exclusivamente da administração direta.

II - encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

III - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até uma semana.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Questão 49

São critérios observados nos processos administrativos, EXCETO:

- a) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- b) objetividade no atendimento do interesse público, sendo permitida a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- c) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- d) Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
- e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Questão 50

“É uma modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos”

Assinale a alternativa que contém a modalidade de licitação citada acima.

- a) Pregão.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Credenciamento.
- d) Concorrência.
- e) Leilão.

Questão 51

Redigir um texto Dissertativo-Argumentativo, tendo como tema:

“Como deve atuar o Ministério público em um estado democrático de direito?”

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser plagiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ter progressão temática;
- Ser coesa e coerente;
- Ter, no mínimo 1.400 caracteres. (Equivalente a 15 linhas).

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção, o candidato que, na redação:

- a) Fugir completamente do tema proposto;
- b) Apresentar textos de forma não articulada verbalmente (números e palavras soltas);
- c) Desrespeitar os Direitos Humanos;
- d) Entregar a redação com o número de caracteres menor que o exigido.

Texto 1

Estado e interesse público

Por Ana Paula Guadalupe

Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás

O Estado Democrático de Direito é, como sabemos, resultado de muitos esforços e seu desenvolvimento e preservação exigem constante vigilância e comprometimento de todos os segmentos da sociedade. O interesse público deve ser o fiel da balança e, neste sistema, a advocacia pública é elemento primordial para a promoção da justiça e do bem-estar social.

.....

.....

A elaboração de decretos e outras medidas relacionadas ao isolamento social determinado pelo governo estadual em razão da pandemia do novo corona-vírus exige, além dos aspectos sanitários técnicos científicos, obediência a uma série de imposições constitucionais e preceitos legais. Cabe ao Procurador do Estado garantir à administração pública a segurança jurídica para que as medidas necessárias sejam efetivadas em prol do interesse comum e da proteção da população, respeitando direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.

.....

.....

Fonte: Jornal O Popular

<https://www.apeg.org.br> Acesso em 10/08/2022

Texto 2.

Estado Democrático de Direito e Ministério Público

A Constituição Federal, entre tantas atribuições deferidas ao Ministério Público, confiou-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, incumbência diretamente ligada à noção de Estado Democrático de Direito,

fundamento da República Federativa do Brasil. Sendo assim, pode-se dizer que o vínculo entre o Ministério Público e o Estado Democrático de Direito é por demais estreito e, por conseguinte, que as investidas dirigidas contra a instituição interferem no DNA da Constituição. Não é por outro motivo, aliás, que se fala em instituição permanente! O Ministério Público é também cláusula pétrea da Constituição.

.....

.....

A Constituição brasileira reduziu significativamente o espaço entre o direito e a política, sendo exigido pouco esforço para perceber tal sobreposição. A falta de lei, por exemplo, já não é óbice à judicialização de direitos constitucionalmente assegurados; ou, por exemplo, a discricionariedade administrativa, incensurável até ontem, é hoje também sindicável. E essa tensão se agrava quando é reconhecida e invocada a normatividade dos princípios constitucionais, pois, todos sabem, eles reduzem drasticamente a distância entre o direito e a moral.

Mário Sérgio Rocha

<https://www.mppr.mp.br>. Acesso em 10/08/2022